

Hypera S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Índice

1	Informações gerais	3
2	Resumo das principais políticas contábeis	4
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	27
4	Gestão do risco financeiro	28
5	Gestão de capital	33
6	Estimativa do valor justo (Consolidado)	33
7	Contabilidade de cobertura (<i>Hedge Accounting</i>)	34
8	Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)	36
9	Qualidade do crédito dos ativos financeiros	37
10	Caixa e equivalentes de caixa	38
11	Contas a receber	38
12	Estoques	39
13	Tributos a recuperar	39
14	Outros ativos	40
15	Operações descontinuadas	40
16	Investimentos	41
17	Propriedades para investimentos	43
18	Imobilizado	43
19	Intangível	44
20	Fornecedores	46
21	Cessão de créditos por fornecedores	47
22	Empréstimos, financiamentos e debêntures	47
23	Imposto de renda e contribuição social diferidos	51
24	Tributos a recolher	52
25	Contas a pagar	52
26	Contingências passivas	53
27	Capital social e reservas	57
28	Receita	62
29	Composição das contas de resultado	63
30	Resultado por ação	64
31	Compromissos	65
32	Cobertura de seguros	65
33	Transações com partes relacionadas	66
34	Outros assuntos	68
35	Eventos subsequentes	69

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo-SP, é uma Companhia farmacêutica brasileira que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente, (segundo dados do IQVIA), e tem como Missão “dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor”.

Principais produtos:

- a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care, incluindo as dez maiores do país, segundo dados da Close-Up International, com produtos como Predsim, Celestamine, Maxsulid, Diprospan, Mioflex-A e Addera D3; com Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, ainda segundo informações da Close-Up International;
- b) A Companhia é líder no mercado brasileiro de medicamentos isentos de prescrição, segundo o IQVIA, com marcas como Apracur, Benegrip, Coristina d, Engov, Epocler, Estomazil, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adoçantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca *Top of Mind* há 15 anos no Brasil, segundo o Datafolha;
- c) A Companhia é líder, com a marca Neo Química, nos mercados de Similares e Genéricos em que está presente, segundo dados do IQVIA. A marca é utilizada regularmente por mais de 80% dos brasileiros, de acordo com pesquisa da MillwardBrown, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população.

A produção de mercadorias é realizada nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

A partir de 2017, a Companhia passou a estar exclusivamente voltada para o mercado farmacêutico, após uma rodada de desinvestimentos iniciada em 2015 e que resultou na alienação de seus negócios de cosméticos (finalizada em 01 de fevereiro de 2016), preservativos (concluída em 04 de outubro de 2016) e produtos descartáveis (finalizada em 06 de março de 2017). Portanto, os três negócios citados acima passaram a ser reportados como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas a partir do exercício social de 2015.

Em 07 de fevereiro de 2018, a razão social da Companhia, anteriormente denominada Hypermarcas S.A., foi alterada para Hypera S.A., após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2019.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

c. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- i) Demonstração do resultado – As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15.

d. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia e suas controladas

No exercício de 2018 a Companhia e suas controladas efetuaram alterações em políticas contábeis de novas normas:

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 *Receitas de Contratos com Clientes* usando o método retrospectivo, conforme CPC 23 e o CPC 48 / IFRS 9 *Instrumentos Financeiros* a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018).

O efeito da aplicação inicial dessas normas envolveu principalmente:

- Reclassificação dos acordos comerciais, da rubrica despesas de vendas, para a rubrica de deduções de vendas na demonstração de resultado do exercício;
- Aumento nas perdas por *impairment* reconhecidas em ativos financeiros; e
- Aumento da provisão para devolução de clientes.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Os principais impactos da aplicação retrospectiva das novas políticas contábeis significativas, estão descritos abaixo.

Natureza	Entendimento	Natureza da mudança na política contábil
Acordos comerciais	A Companhia tem por prática realizar acordos comerciais com seus clientes, cujo objetivo principal é impulsionar suas vendas.	Estes acordos comerciais na avaliação da Companhia estão enquadrados no item 70 do CPC 47, pois referem-se a uma contraprestação a pagar ao cliente e portanto, devem ser apresentados como uma dedução de vendas, ao invés de despesas de venda.
Provisão para devolução	As provisões de devoluções abrangem as devoluções que não foram registradas, contudo, houve contato do cliente (Via SAC, por exemplo), informando sobre a necessidade de coleta da mercadoria.	Para os contratos que preveem/requerem direito de devolução implicitamente ou explicitamente a Companhia passou a avaliar esse direito no momento em que é definido o valor da transação. A Companhia reconhece valor para a provisão de devolução, a partir da nova regra tomando por base uma avaliação histórica e melhor estimativa das devoluções de mercado.

A tabela a seguir demonstra o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15, no saldo de provisão para devolução em 1º de janeiro de 2018, que impactou a rubrica de Lucros acumulados:

Provisão para devolução em 31 de dezembro de 2017 **(3.005)**

Reconhecimento de devolução esperada conforme CPC 47 / IFRS 15 (1.238)

Provisão para devolução em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 47 / IFRS 15 **(4.243)**

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias, sendo: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos exclusivamente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou como valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado subsequentemente a valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 refere-se apenas aos novos requerimentos de *impairment*, conforme descrito.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia e suas controladas (consolidado) em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Consolidado
				Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 (a)
Ativos financeiros				
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.224.227	1.219.433
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	9.722	9.722
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	65.010	65.010
Total de ativos financeiros			1.298.959	1.294.165

(a) As diferenças com relação ao valor contábil anterior são exclusivamente decorrentes dos impactos do assunto do item (ii) abaixo.

ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e bancos e outros ativos a receber.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento de um aging list e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento, além de segregação da carteira de clientes em três categorias: baixo risco, alto risco e demais clientes. Através do estudo mencionado foi identificado o ponto de início para perda de crédito efetiva. Partindo desta sistemática foi construída uma base histórica matriz de provisão com base na representatividade da perda esperada.

A Companhia e suas controladas decidiram adotar o CPC 48 (IFRS 9) usando o método de efeito cumulativo, sem reapresentação, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, adotaram a norma retrospectivamente, mas não reapresentou as cifras correspondentes (2017).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de créditos

Em cada data de apresentação, a Companhia e suas controladas passaram a avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado tiveram deterioração significativa da qualidade de crédito. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem

um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Impacto do novo modelo de *impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis. A Companhia e suas controladas determinaram que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional conforme segue abaixo, que teve como contrapartida a rubrica de Lucros acumulados:

Provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38 / IAS 39	(52.406)
Provisão para perdas adicionais reconhecida na adoção do CPC 47 / IFRS 15	(2.859)
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48 / IFRS 9	(55.265)

Além das três categoria de clientes, como descrito anteriormente, a carteira de clientes foi segmentada com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Posição no mercado e tempo de relacionamento;
- Status de inadimplência.

IFRIC 22/ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira

No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas optaram por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

e. Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Em relação especificamente à hedge accounting, a Companhia ainda não adotou a nova regra do IFRS 9. Como faculta a norma, decidiu não adotar a prática contábil de hedge *accounting* para as operações em aberto em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira.

Com a adoção da IFRS 9, a Companhia e suas controladas poderão optar para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de hedge. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

(i) Transição

A Companhia e suas controladas definiram uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento da mesma durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, apresentando efeito cumulativo de aplicação inicial da norma na data inicial (1º de janeiro de 2019). Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima um efeito cumulativo da adoção inicial, nos ativos de direito de uso no valor de R\$ 50.583, nos passivos de arrendamento de R\$ 55.955, nos ativos de impostos diferidos de R\$ 1.826 e um ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados de R\$ 3.546 em 1º de janeiro de 2019.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- Alterações trazidas pela Interpretação Técnica ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, com relação ao esclarecimento de como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando, há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3).

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa (Nota 8).

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais

para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado:** os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o

ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do

exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e, empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Outros passivos financeiros

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

2.6.1 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna

parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

2.6.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques.

2.10. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são

reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

	Anos
Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças	5,7
Licenças de funcionamento	2,5

c. *Softwares*

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. *Pesquisas e desenvolvimento de produtos*

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 11,2 anos.

2.11. *Imobilizado*

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso

ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	30,4
Máquinas e equipamentos	19,6
Veículos	8,7
Móveis e utensílios	19,4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio* e *marcas*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC) – na prática, existe uma única UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer *ágio* alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a *ágio* não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13. Ativos e Passivos mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.14. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é mensurada pelo método do custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	50,0
Máquinas e equipamentos	24,0
Outros	5,0

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de “cessão de crédito”, haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os

valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, sendo que o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação de valores ou prazos incertos. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas. (Nota 25)

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(b) Demais tributos a recuperar

São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais.

2.20. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.22. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar.

A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar.

Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica “deduções de vendas”, sendo o crédito efetuado mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS.

Este benefício, por ocasião do encerramento do exercício, são destinados para a Reserva de subvenção governamental.

A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir.

2.23. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, de acordo com o contrato de venda e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

2.24. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os

pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.25. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação).

O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários na forma de juros sobre capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

2.27. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.28. Ajustes não significativos de períodos anteriores

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/IFRS 15 (nota 2.1) e assim efetuou a reclassificação de Demonstração de Resultado de acordos comerciais, anteriormente classificados como despesas comerciais, para deduções de vendas.

Os impactos dos ajustes na demonstração do resultado do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajuste	31/12/2017 (Reapresentado)
Receita líquida	3.760.942	(138.559)	3.622.383	3.638.458	(138.559)	3.499.899
Custo dos produtos vendidos	(1.352.749)	-	(1.352.749)	(926.746)	-	(926.746)
Lucro bruto	2.408.193	(138.559)	2.269.634	2.711.712	(138.559)	2.573.153
Receitas e despesas operacionais						
Despesas com vendas e marketing	(1.276.587)	138.559	(1.138.028)	(1.363.816)	138.559	(1.225.257)
Despesas administrativas e gerais	(133.462)	-	(133.462)	(184.428)	-	(184.428)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	3.477	-	3.477	(6.340)	-	(6.340)
Equivalência patrimonial	104.235	-	104.235	2.868	-	2.868
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.105.856	-	1.105.856	1.159.996	-	1.159.996
Receitas financeiras	139.391	-	139.391	167.091	-	167.091
Despesas financeiras	(80.644)	-	(80.644)	(113.740)	-	(113.740)
Despesas financeiras líquidas	58.747	-	58.747	53.351	-	53.351
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.164.603	-	1.164.603	1.213.347	-	1.213.347
Imposto de renda e contribuição social	(53.127)	-	(53.127)	(101.871)	-	(101.871)
Resultado líquido das operações continuadas	1.111.476	-	1.111.476	1.111.476	-	1.111.476
Operações descontinuadas						
Resultado líquido de operações descontinuadas	(146.534)	-	(146.534)	(146.534)	-	(146.534)
Resultado líquido do exercício	964.942	-	964.942	964.942	-	964.942

Os impactos dos ajustes na demonstração do valor adicionado do exercício comparativos, findo em 31 de dezembro de 2017, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2017 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	31/12/2017 (Reapresentado)
Receita Bruta						
Vendas de mercadorias e produtos, incluindo operações descontinuadas	4.099.719	(324.718)	3.775.001	4.156.503	(160.425)	3.996.078
Outras receitas brutas	(155.863)	-	(155.863)	(184.520)	(163.123)	(347.643)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.787	-	1.787	74.977	-	74.977
Provisão para devedores duvidosos	(26.608)	-	(26.608)	(26.692)	-	(26.692)
	3.919.035	(324.718)	3.594.317	4.020.268	(323.548)	3.696.720
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos materiais, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.375.740)	-	(1.375.740)	(724.969)	-	(724.969)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.377.019)	324.718	(1.052.301)	(1.633.940)	323.548	(1.310.392)
Perdas de valores ativos	(56.831)	-	(56.831)	(58.362)	-	(58.362)
	(2.809.590)	324.718	(2.484.872)	(2.417.271)	323.548	(2.093.723)
Valor adicionado bruto	1.109.445	-	1.109.445	1.602.997	-	1.602.997
Depreciação/amortização	(24.419)	-	(24.419)	(76.912)	-	(76.912)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.085.026	-	1.085.026	1.526.085	-	1.526.085
Valor adicionado recebido em transferência						

Equivalência patrimonial	91.636	-	91.636	5.249	-	5.249
Receitas financeiras	142.537	-	142.537	175.135	-	175.135
	<u>234.173</u>	<u>-</u>	<u>234.173</u>	<u>180.384</u>	<u>-</u>	<u>180.384</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.319.199</u>	<u>-</u>	<u>1.319.199</u>	<u>1.706.469</u>	<u>-</u>	<u>1.706.469</u>
Distribuição do valor adicionado						
Impostos, taxas e contribuições	(192.888)	-	(192.888)	(199.033)	-	(199.033)
Federais	6.037	-	6.037	115.626	-	115.626
Estaduais	(198.925)	-	(198.925)	(314.659)	-	(314.659)
Outras distribuições do valor adicionado	547.145	-	547.145	940.560	-	940.560
Lucros retidos	964.942	-	964.942	964.942	-	964.942
Valor adicionado distribuído	<u>1.319.199</u>	<u>-</u>	<u>1.319.199</u>	<u>1.706.469</u>	<u>-</u>	<u>1.706.469</u>

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo.

a. Perda (*impairment*) estimada em ativos não financeiros

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 28), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 18 e 19).

b. Vida útil de marcas e ativos imobilizados

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente por especialistas da Companhia. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 18).

c. Reconhecimento, mensuração e realização de créditos tributários

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia tem tributos a recuperar e ganho decorrentes de ação transitada em julgado, não contabilizado em função da relevância do valor envolvido.

O valor dos créditos tributários, reconhecidos ou não, leva em consideração diversas estimativas envolvendo o momento do reconhecimento contábil, aspectos para adequada e confiável mensuração e as alternativas disponíveis para a sua realização.

d. Contingências passivas

A nota 26 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4 Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Consolidado				
	2018			2017	
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Passivo					
Fornecedores	11.945	-	46.377	16.292	53.982
Cessão de crédito por fornecedores	40.967	-	159.063	32.100	106.363
Empréstimos e financiamentos	-	20.401	90.761	50.290	166.637
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(50.055)	(20.090)	(283.727)	(92.826)	(307.580)
Contas a Pagar	489	-	1.900	-	-
Exposição líquida	<u>3.346</u>	<u>311</u>	<u>14.374</u>	<u>5.856</u>	<u>19.402</u>

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	2018	
	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	97.150	97.150
Financiamento TJLP	260.252	260.252
Financiamento TR	44.348	142.169
Títulos a Pagar CDI	18.070	18.070
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(1.565.258)	(1.632.296)
Exposição líquida	(1.145.438)	(1.114.655)

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

	Consolidado – 2018				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	103.440	98.441	369.395	113.995	685.271
Títulos a pagar	18.070	-	-	-	18.070
Fornecedores	198.119	-	-	-	198.119
Cessão de créditos por fornecedores	161.200	-	-	-	161.200
Contas a pagar	160.446	1.602	-	-	162.048
Instrumentos financeiros derivativos	(5.018)	-	(4.792)	-	(9.810)
	<u>636.257</u>	<u>100.043</u>	<u>364.603</u>	<u>113.995</u>	<u>1.214.898</u>

	Consolidado – 2017				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	99.104	-	-	-	99.104
Empréstimos e financiamentos	249.279	75.437	208.545	160.010	693.271
Títulos a pagar	19.669	-	-	-	19.669
Fornecedores	178.271	2.348	-	-	180.619
Cessão de créditos por fornecedores	124.304	-	-	-	124.304
Contas a pagar	200.649	11.855	-	-	212.504
Instrumentos financeiros derivativos	(10.618)	-	-	-	(10.618)
	<u>860.658</u>	<u>89.640</u>	<u>208.545</u>	<u>160.010</u>	<u>1.318.853</u>

f. Derivativos

No ano de 2018 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (h) a seguir).

Em 31 de dezembro de 2018, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 283.727 (Em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 337.580) no consolidado e R\$ 89.378 (Em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 198.491) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 485 (Em 31 de dezembro de 2017 ganhos de R\$ 9.314) no consolidado e perdas no valor de R\$ 4.480 (Em 31 de dezembro de 2017 ganhos de R\$ 8.398) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
(em R\$ milhares)							
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Contratos a termo	BofA, Bradesco, Morgan Stanley	-	2.816	-	34	143	(7)
Posição comprada		-	2.816	-	34	139	(7)
Posição vendida		-	-	-	-	4	-
Contratos de Swap	Itaú	89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	326.150
Posição comprada		89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	118.849
Posição vendida		-	-	-	-	-	207.301
Subtotal		89.378	168.491	(4.480)	7.333	3.753	326.143
<u>Taxa de Juros</u>							
Contratos de Swap	Santander	-	30.000	-	1.065	989	(59)
Posição Ativa-Pré		-	30.000	-	1.065	989	(59)
Total		89.378	198.491	(4.480)	8.398	4.742	326.084

Consolidado

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
(em R\$ milhares)							
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Contratos a termo		194.349	141.905	4.965	950	17.289	(33.991)
Posição comprada	BofA, BR Partners, Bradesco, Citibank, Itaú, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander, MUFG	205.740	141.905	4.916	950	17.209	(34.983)
Posição vendida		(11.392)	-	49	-	80	992
Contratos de Swap		89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	326.150
Posição comprada	Itaú	89.378	165.675	(4.480)	7.299	3.610	118.849
Posição vendida		-	-	-	-	-	207.301
Subtotal		283.727	307.580	485	8.249	20.899	292.159
<u>Taxa de Juros</u>							
Contratos de Swap		-	30.000	-	1.065	989	(59)
Posição Ativa-Pré	Santander	-	30.000	-	1.065	989	(59)
Total		283.727	337.580	485	9.314	21.888	292.100

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.
- (ii) Swaps – são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.

h. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 6,60% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Consolidado						
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
(em R\$ milhares)			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	3,622	4,134	2,908	4,847	1,939	5,817
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(18.523)	18.523	(70.175)	70.175	(140.350)	140.350
Contratos a termo	(12.640)	12.640	(47.887)	47.887	(95.774)	95.774
Swap	(5.883)	5.883	(22.288)	22.288	(44.576)	44.576
Objeto do hedge econômico	18.638	(18.638)	70.609	(70.609)	141.219	(141.219)
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	18.638	(18.638)	70.609	(70.609)	141.219	(141.219)
Efeito líquido	115	(115)	434	(434)	869	(869)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2019.

Controladora

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	27	1.554	3.109
Financiamentos TJLP	122	4.541	9.083
Empréstimo TR	4	-	-
Títulos a Pagar CDI	5	289	578
Aplicações Financeiras	(441)	(25.044)	(50.088)
Total do efeito perda (ganho)	(283)	(18.660)	(37.318)

Consolidado

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	27	1.554	3.109
Financiamentos TJLP	122	4.541	9.083
Empréstimo TR	14	-	-
Títulos a Pagar CDI	5	289	578
Aplicações Financeiras	(460)	(26.117)	(52.233)
Total do efeito perda (ganho)	(292)	(19.733)	(39.463)

*** Premissas Cenário Provável**

CDI previsto 6,43% a.a.
TR previsto de 0,01% a.a.
TJLP prevista de 7,03% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	564.309	656.329
Total de títulos a pagar	18.070	19.669
Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro	4.480	(7.299)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.646.869)	(1.522.135)
Dívida líquida	(1.060.010)	(853.436)
 Total do patrimônio líquido	 8.267.673	 7.737.759
 Patrimônio líquido ajustado	 7.207.663	 6.884.323
 Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido (*)	 N.A.	 N.A.

(*) Não aplicável, pois o montante de caixa e equivalentes de caixa é superior a dívida líquida demonstrado acima.

6 Estimativa do valor justo (Consolidado)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 b).

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2)
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.292	7.292
Total do ativo	-	7.292	7.292
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.807	-
Total do passivo	-	6.807	-

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.132	10.132
Total do ativo	-	10.132	10.132
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	818	818
Total do passivo	-	818	818

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (*Hedge Accounting*)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz

uma avaliação prospectiva, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%. Especificamente para o *hedge accounting*, a Companhia ainda não adotou a nova regra do CPC 48 (IFRS 9). Como faculta a norma, decidiu não adotar a prática contábil de *hedge accounting* para as operações em aberto em 1º de janeiro de 2018.

Hedges de fluxos de valor justo

Atualmente a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Consolidado Perda no resultado
Empréstimo - 4131	EUR + spread	Valor justo	89.378	89.970	(171)
Swap - 4131	EUR + Spread vs. % CDI	Valor justo	89.378	(4.480)	-

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os objetos de *hedge* anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva.

Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Contas a Pagar	USD	Fluxo de Caixa	177.804	(177.804)	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	177.804	5.259	295

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro – Risco de Liquidez (Nota 4(e)).

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)

2018						
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.457.265	-	-	-	-	1.457.265
Aplicações financeiras (Nota 10)	1.632.296	-	-	-	-	1.632.296
Caixa e bancos (Nota 10)	14.573	-	-	-	-	14.573
Instrumentos financeiros derivativos	-	498	127	-	6.667	7.292
Outros ativos (Nota 14)	84.447	-	-	-	-	84.447
	3.188.581	498	127	-	6.667	3.195.873

2018						
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	564.309	-	-	564.309
Fornecedores (Nota 20)	-	-	198.119	-	-	198.119
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	161.200	-	-	161.200
Contas a pagar	-	-	114.589	-	-	114.589
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.399	-	-	1.407	6.807
	-	5.399	1.038.217	-	1.407	1.045.204

2017						
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.224.227	-	-	-	-	1.224.227
Aplicações financeiras (Nota 10)	1.512.413	-	-	-	-	1.512.413
Caixa e bancos (Nota 10)	9.722	-	-	-	-	9.722
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.034	8.364	734	10.132
Outros ativos (Nota 14)	65.010	-	-	-	-	65.010
	2.811.372	-	1.034	8.364	734	2.821.504

2017						
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	656.329	-	-	656.329
Fornecedores (Nota 20)	-	-	180.619	-	-	180.619
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	124.304	-	-	124.304
Contas a pagar	-	-	177.545	-	-	177.545
Instrumentos financeiros derivativos	818	-	-	-	-	818
	818	-	1.138.797	-	-	1.139.615

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa) pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Conta corrente e aplicações financeiras (*)				
AAA	1.534.450	792.612	1.602.631	821.677
AA+	44.219	455.358	44.219	593.579
AA-	-	106.702	-	106.760
	<u>1.578.669</u>	<u>1.354.672</u>	<u>1.646.850</u>	<u>1.522.016</u>

O saldo residual do item “caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros derivativos				
AAA	-	8.397	6.743	9.666
AA+	-	1	-	39
A+	-	-	-	314
A-	-	-	549	-
BBB	-	-	-	113
	<u>-</u>	<u>8.398</u>	<u>7.292</u>	<u>10.132</u>

(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	13.426	6.825	14.573	9.722
Aplicações financeiras:				
Operações compromissadas	260.800	908.409	291.929	1.010.780
CDBs	1.304.458	439.486	1.340.367	501.633
	<u>1.565.258</u>	<u>1.347.895</u>	<u>1.632.296</u>	<u>1.512.413</u>
	<u>1.578.684</u>	<u>1.354.720</u>	<u>1.646.869</u>	<u>1.522.135</u>

As aplicações financeiras têm rendimento entre 94% e 102% (em 31 de dezembro de 2017 entre 50,0% e 102,0%) da variação do CDI com média ponderada de 99,0% (em 31 de dezembro de 2017 – 99,4%).

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes no país	1.520.546	1.274.217	1.523.966	1.276.633
Clientes partes relacionadas (Nota 33)	3.321	3.199	-	-
Perda de crédito esperada	(63.822)	(49.499)	(66.701)	(52.406)
	<u>1.460.045</u>	<u>1.227.917</u>	<u>1.457.265</u>	<u>1.224.227</u>

Os valores de contas a receber que encontram-se vencidos, mas não *impaired*, referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Até três meses	2.454	20.386	2.460	20.386
Acima de três meses	3.875	6.556	3.878	6.556
	<u>6.329</u>	<u>26.942</u>	<u>6.338</u>	<u>26.942</u>

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 22 (a).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2017	(49.499)	(52.406)
Adoção inicial CPC48/ IFRS9	(2.859)	(2.859)
Adições do período	(11.593)	(11.501)
Baixas do período	129	65
Saldos em 31/12/2018	<u>(63.822)</u>	<u>(66.701)</u>

12 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produto acabado e revenda	146.648	143.341	195.468	181.087
Produto semiacabado	47	-	28.715	17.749
Matéria-prima	5	-	309.442	205.192
Manutenção e suprimentos	26	51	63.058	50.748
	<u>146.726</u>	<u>143.392</u>	<u>596.683</u>	<u>454.776</u>

O saldo dos estoques está sendo apresentado líquido da provisão para perdas que foram registradas no resultado do período como “Custo dos Produtos Vendidos”.

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2017	(17.186)	(44.504)
Adições do período (a)	(48.061)	(63.088)
Baixas do período (b)	36.719	55.341
Saldo em 31/12/2018	<u>(28.528)</u>	<u>(52.251)</u>

- (a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.
- (b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

13 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS/COFINS/IIPI e outros	166.027	159.198	183.597	168.314
ICMS	75.673	96.728	129.638	175.763
IRPJ e CSLL a recuperar	64.679	133.114	83.489	158.301
	<u>306.379</u>	<u>389.040</u>	<u>396.724</u>	<u>502.378</u>
Circulante	<u>284.422</u>	<u>293.035</u>	<u>338.166</u>	<u>355.194</u>
Não circulante	<u>21.957</u>	<u>96.005</u>	<u>58.558</u>	<u>147.184</u>

Em 30 de novembro de 2018, transitou em julgado o *Mandado de Segurança* impetrado pela Mantecorp Indústria Química S.A., empresa incorporada pela Hypera S.A., que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”). No caso da Hypera, aguarda-se decisão envolvendo o programa de integração social (“PIS”), que ainda não foi proferida. Além do processo da Hypera S.A. existem outras ações envolvendo PIS e COFINS das controladas Cosmed e Brainfarma, que ainda estão em andamento.

Com essa decisão favorável, a Companhia efetuou sua melhor estimativa e apurou que o ganho praticamente não é relevante para o conjunto das demonstrações financeiras. A administração seguirá com a apuração definitiva desses valores, tendo em vista a

complexidade de levantamento dos dados, enquanto aguarda e monitora os processos envolvendo a inclusão do ICMS na base de cálculo da PIS da Companhia e as ações de suas controladas. Referida complexidade advém de aspectos relacionados ao número de entidades jurídicas envolvidas e reestruturações societárias promovidas pela Companhia, ao acesso a dados de sistemas utilizados em períodos mais antigos, à existência de diferentes legislações e/ou regimes tributários e de incentivos fiscais no período de apuração, à quantificação em si dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, perspectivas de quando e por qual valor ocorrerá a realização do ativo (o efeito do valor do dinheiro no tempo) mediante a compensação com tributos federais a recolher, pedidos de ressarcimentos ou execuções de sentença.

14 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas antecipadas (a)	149.530	229.880	162.827	244.750
Títulos a receber (b)	67.988	65.010	84.447	65.010
Depósitos judiciais (c)	113.599	116.710	141.046	145.367
Adiantamentos	24.704	25.944	38.526	53.229
Outros	3.146	1.475	3.598	2.601
	<u>358.967</u>	<u>439.019</u>	<u>430.444</u>	<u>510.957</u>
 Circulante	 239.275	 316.197	 270.648	 358.136
 Não circulante	 119.692	 122.822	 159.796	 152.821

- (a) referem-se substancialmente aos pagamentos antecipados de Propaganda e Publicidade.
(b) referem-se substancialmente aos montantes pagos de contingências de ex proprietários, a serem reembolsados.
(c) referem-se aos depósitos de garantia de contingências passivas (Nota 26).

15 Operações descontinuadas

a) Análise do balanço de operações descontinuadas

Efeito das reclassificações sobre a posição financeira da Companhia:

	Consolidado	
	2018	2017
Instrumentos financeiros derivativos	-	32
Investimentos	1.330	2.909
Total dos Ativos mantidos para a venda	<u>1.330</u>	<u>2.941</u>
 Fornecedores	 -	 219
Cessão de crédito por fornecedores	-	1.701
Instrumentos financeiros derivativos	-	12
Contas a pagar	7.611	47.276
Total dos Passivos mantidos para a venda	<u>7.611</u>	<u>49.208</u>
	<u>6.281</u>	<u>46.267</u>

Os saldos de 31 de dezembro de 2018 referem-se a investimento em descartáveis descontinuado na Argentina.

b) Análise do resultado das operações descontinuadas

	Consolidado	
	Operações descontinuadas	
	2018	2017
Receitas líquidas de vendas	-	225.487
Custos dos produtos vendidos	-	(152.466)
Lucro bruto	-	73.021
(Despesas)/receitas	6.932	(70.891)
Resultado de alienação	(11.877)	(211.530)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(4.945)	(209.400)
Despesas financeiras	(62)	(5.685)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.007)	(215.085)
Imposto de renda e contribuição social	(791)	68.551
Resultado líquido do exercício	(5.798)	(146.534)

Em 06 de março de 2017 a Companhia alienou o negócio de produtos descartáveis para Hygienic Disposables Brazil Participações Ltda., uma subsidiária brasileira da Ontex Group NV, pelo valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais).

c) Análise Fluxo de caixa proveniente das (utilizados nas) operações Descontinuadas

	Consolidado	
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(33.113)	13.665
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2.859)	729.686
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	(35.972)	743.351

16 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	73,52%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	26,48%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Indireta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Farma	100%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	863.705	499.271	5.843	3.318	1.372.137
Aumento de capital	88.300	-	-	-	88.300
Equivalência patrimonial	43.399	60.046	(2.078)	2.868	104.235
Stock Option	1.963	30	130	-	2.123
Ajuste de avaliação patrimonial	(89)	(15)	-	-	(104)
Alienação de investimentos (*)	(164.119)	-	-	-	(164.119)
Dividendos	(7.824)	(14.703)	-	-	(22.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	825.335	544.629	3.895	6.186	1.380.045
Aumento de capital	88.900	-	6.120	-	95.020
Equivalência patrimonial	44.692	31.103	(1.202)	5.376	79.969
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(5.561)	20.351	-	-	14.790
Stock Option	1.169	2	34	-	1.205
Ajuste de avaliação patrimonial	350	47	39	-	436
Dividendos a receber	(6.759)	(59.119)	-	-	(65.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	948.126	537.013	8.886	11.562	1.505.587

(*) Alienado da Controladora para a Cosmed, a valor de livros, que passou a ser acionista da Brainfarma.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2018	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.835.398	593.570	1.283.074	34.517	44.692
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	701.698	148.097	289.406	59.757	31.103
My Agência de Propaganda Ltda.	9.435	550	4.560	(1.202)	(1.202)
2017	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.671.412	546.488	1.164.734	56.217	43.399
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	710.741	157.812	278.626	61.913	60.046
My Agência de Propaganda Ltda.	8.058	4.164	13.100	(2.078)	(2.078)

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício de operações entre a Investidora e suas Investidas, devidamente eliminados.

b. Equivalência patrimonial

	Quantidade de ações e quotas	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2018	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2018	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2017
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.525.000.947	537.013	100%	31.103	537.013	60.046	597.320
My Agência de Propaganda Ltda.	20.129.999	8.886	100%	(1.202)	8.886	(2.078)	3.895
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	302.326.223	948.126	100%	44.692	948.126	43.399	772.644
Bionovis S.A.	6.000.000	46.252	25%	5.376	11.562	2.868	6.186
				79.969	1.505.587	104.235	1.380.045

17 Propriedades para investimentos

Refere-se aos imóveis locados, sendo um imóvel utilizado como centro de distribuição locado a terceiros e um imóvel utilizado pela Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (Fábrica de Adoçantes), conforme laudo técnico realizado por empresa independente, o valor justo total dos imóveis é de R\$ 255.000.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2017	60.887	60.887
Adições	743	743
Reclassificação de imobilizado	107.176	99.079
Depreciação	(3.983)	(3.983)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	164.823	156.726
Custo total	182.547	172.941
Depreciação acumulada	(17.724)	(16.215)
Valor contábil	164.823	156.726
Saldos em 1º de janeiro de 2018	164.823	156.726
Adições	1.579	1.579
Baixa	(74)	(74)
Depreciação	(4.158)	(3.968)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	162.170	154.263
Custo total	184.046	174.440
Depreciação acumulada	(21.876)	(20.177)
Valor contábil	162.170	154.263

18 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109
Adições	-	-	5.368	-	708	200	6.276	485	6.761
Baixa	-	(17)	(369)	(41)	(86)	(77)	(590)	-	(590)
Depreciação	-	(4.292)	(6.378)	(795)	(725)	(1.438)	(13.628)	-	(13.628)
Transferência	-	3.381	7.233	(1)	86	(1)	10.698	(10.698)	-
Reclassificado para Propriedade para Investimento	(2.856)	(96.224)	(9.730)	-	-	(1.356)	(110.166)	2.990	(107.176)
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	-	693	107	(17)	-	783	-	783
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Custo total	2.303	53.709	67.785	4.778	12.797	17.080	158.452	178	158.630
Depreciação acumulada	-	(23.428)	(34.482)	(4.497)	(4.372)	(6.592)	(73.371)	-	(73.371)
Valor contábil	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Adições	5.058	-	6.282	-	1.848	-	13.188	2.429	15.617
Baixa	(270)	(5.082)	(162)	-	(7)	(8)	(5.529)	-	(5.529)
Impairment	-	-	(1.228)	-	-	-	(1.228)	-	(1.228)
Depreciação	-	(2.497)	(4.950)	(101)	(639)	(1.009)	(9.196)	-	(9.196)
Transferência	-	-	733	-	(2)	-	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923
Custo total	7.091	47.035	71.284	4.778	14.621	15.268	160.077	1.876	161.953
Depreciação acumulada	-	(24.333)	(37.306)	(4.598)	(4.996)	(5.797)	(77.030)	-	(77.030)
Valor contábil	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702
Adições	-	1.376	56.177	60	2.908	1.326	61.847	62.689	124.536
Baixa	-	(17)	(5.121)	(76)	(154)	(3)	(5.371)	-	(5.371)
Impairment	-	-	(1.383)	-	-	-	(1.383)	-	(1.383)
Depreciação	-	(10.264)	(41.145)	(836)	(1.879)	(3.654)	(57.778)	-	(57.778)
Transferência	-	9.776	48.339	(4)	332	185	58.628	(57.712)	916
Reclassificado para Propriedade para Investimento	(2.788)	(88.195)	(9.730)	-	-	(1.356)	(102.069)	2.990	(99.079)
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	20	1.116	107	(17)	-	1.226	1	1.227
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Custo total	16.060	343.303	859.461	7.141	43.992	42.378	1.312.335	71.367	1.383.702
Depreciação acumulada	-	(69.872)	(355.454)	(6.710)	(23.065)	(21.831)	(476.932)	-	(476.932)
Valor contábil	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Adições	5.059	14	50.530	-	3.759	729	60.091	68.437	128.528
Baixa	(270)	(5.082)	(2.063)	(12)	(16)	(9)	(7.452)	(8)	(7.460)
Impairment	-	-	(6.511)	-	-	-	(6.511)	-	(6.511)
Depreciação	-	(11.522)	(41.131)	(133)	(1.889)	(3.398)	(58.073)	-	(58.073)
Transferência	-	29.005	59.693	-	696	349	89.743	(89.091)	652
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906
Custo total	20.849	365.649	947.422	7.095	48.382	41.644	1.431.041	50.705	1.481.746
Depreciação acumulada	-	(79.803)	(382.897)	(6.809)	(24.905)	(23.426)	(517.840)	-	(517.840)
Valor contábil	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	45.917	45.917	45.917
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	967.154	967.154	967.154	967.154
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	666.808	666.808	666.808	666.808
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
	4.273.190	4.273.190	4.273.190	4.273.190
Marcas e patentes	340.529	343.837	336.723	344.138
Direitos de uso e softwares	13.208	12.468	50.113	46.328
Desenvolvimento de produtos	10.447	9.715	202.505	138.658
	4.637.374	4.639.210	4.862.531	4.802.314

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Marcas e patentes	Softwares e Direitos de uso	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778
Adições	60	4.930	761	-	5.751
Baixa	-	(1)	-	-	(1)
Impairment (*)	(2.000)	-	-	-	(2.000)
Amortização	(3.306)	(4.973)	(39)	-	(8.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	343.837	12.468	9.715	4.273.190	4.639.210
Custo total	360.620	79.279	10.095	4.273.190	4.723.184
Amortização acumulada	(16.783)	(66.811)	(380)	-	(83.974)
Valor contábil	343.837	12.468	9.715	4.273.190	4.639.210
Adições	-	5.373	924	-	6.297
Baixa	-	(8)	-	-	(8)
Amortização	(3.308)	(4.625)	(192)	-	(8.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	340.529	13.208	10.447	4.273.190	4.637.374
Custo total	360.620	83.734	11.019	4.273.190	4.728.563
Amortização acumulada	(20.091)	(70.526)	(572)	-	(91.189)
Valor contábil	340.529	13.208	10.447	4.273.190	4.637.374

Consolidado

	Marcas e patentes	Softwares e Direitos de uso	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	349.385	34.002	109.139	4.273.190	4.765.716
Adições	60	18.987	44.828	-	63.875
Baixa	-	(1)	(6.585)	-	(6.586)
Impairment (*)	(2.000)	-	-	-	(2.000)
Amortização	(3.307)	(6.661)	(7.823)	-	(17.791)
Transferência	-	1	(916)	-	(915)
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	-	15	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.138	46.328	138.658	4.273.190	4.802.314
Custo total	360.947	125.693	220.222	4.273.190	4.980.052
Amortização acumulada	(16.809)	(79.365)	(81.564)	-	(177.738)
Valor contábil	344.138	46.328	138.658	4.273.190	4.802.314
Adições	-	10.988	85.982	-	96.970
Baixa	-	(8)	(6.868)	-	(6.876)
Amortização	(7.415)	(7.333)	(14.477)	-	(29.225)
Transferência	-	138	(790)	-	(652)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	336.723	50.113	202.505	4.273.190	4.862.531
Custo total	360.947	135.902	298.202	4.273.190	5.068.241
Amortização acumulada	(24.224)	(85.789)	(95.697)	-	(205.710)
Valor contábil	336.723	50.113	202.505	4.273.190	4.862.531

(*) em 2017, baixa de marca não utilizada.

Redução de valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida ou quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas que não excedem a média da taxa de crescimento definida no período inicial de 5 anos.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto antes dos impostos, foram reavaliadas através de cálculo iterativo com base no cálculo da taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 11,9% foi calculada através da metodologia Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês), que corresponde a uma taxa pré-tax de 15,25%.

Em decorrência desses testes, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2018, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores no país	13.720	10.944	151.742	126.637
Fornecedores no exterior	232	33	46.377	53.982
Fornecedores partes relacionadas (Nota 33(a))	402.526	394.051	-	-
	<u>416.478</u>	<u>405.028</u>	<u>198.119</u>	<u>180.619</u>
Circulante	416.478	405.028	198.119	178.271
Não circulante	-	-	-	2.348

21 Cessão de créditos por fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercado local (risco sacado)	1.349	2.204	2.137	17.941
Mercado Externo (forfait)	-	-	159.063	106.363
	<u>1.349</u>	<u>2.204</u>	<u>161.200</u>	<u>124.304</u>

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 0,70% e 0,73%, com média ponderada de 0,72% ao mês (em 31 de dezembro de 2017, essas taxas foram entre 0,79% e 0,92% com média ponderada de 0,82% ao mês).

Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 3,47% e 5,97%, com média ponderada de 4,23% ao ano (em 31 de dezembro de 2017, essas taxas foram entre 3,25% e 6,18% com média ponderada de 3,83% ao ano).

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Taxa Nominal		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Moeda Estrangeira					
Empréstimos (i)	€ + 1,61% a.a.	90.761	-	90.761	-
Empréstimos (i)	US\$ + 2,77% a.a.	-	166.637	-	166.637
Moeda Nacional					
FCO (i)	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	25.090	29.267	57.120	68.289
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	2.277	2.891	9.780	12.183
BNDES (i)	Pré-fixada de 3,50% a 4,50% a.a.	2.237	8.926	2.237	9.355
Debêntures (i)	Pré-fixada 11,30% a.a.	-	93.606	-	93.606
Finep	TJLP - 1,00% a.a.	262.242	161.134	262.242	161.134
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	44.348	45.272	142.169	145.125
		<u>426.955</u>	<u>507.733</u>	<u>564.309</u>	<u>656.329</u>
Circulante		<u>74.805</u>	<u>310.267</u>	<u>106.548</u>	<u>337.813</u>
Não circulante		<u>352.150</u>	<u>197.466</u>	<u>457.761</u>	<u>318.516</u>

(i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2018 as cláusulas restritivas foram atendidas. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2019.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2020	53.627	72.709
2021	143.597	162.623
2022	53.477	72.391
2023	53.083	68.536
2024	38.390	49.509
2025	4.988	16.002
2026	4.988	15.991
	<u>352.150</u>	<u>457.761</u>

Houve redução de endividamento bruto e redução do custo efetivo dos empréstimos.

Debêntures

Em 15 de outubro de 2010, foi efetuada a emissão de 548.725 debêntures da 2ª série da 1ª emissão privada no valor total de R\$ 549.998 (quinhentos e quarenta e nove milhões e noventa e oito mil reais) preço unitário de R\$ 1.002,32 (um mil e dois reais e trinta e dois centavos), quitada em 15 de outubro de 2018 com juros remuneratórios prefixados de 11,30% ao ano, pagos semestralmente.

	1ª Emissão Privada 2ª Série
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>93.606</u>
Amortização do principal	(91.666)
Encargos financeiros	5.459
Amortização de juros	<u>(7.399)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>
Circulante	-
Custo de transação não realizados	<u>-</u>
Circulante	-

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018

	Controladora	Consolidado
Contas a receber - Clientes caucionadas	18.191	28.566
Carta de fiança (*)	264.480	264.480
Imobilizado penhorado	<u>52.195</u>	<u>176.300</u>
	<u>334.866</u>	<u>469.346</u>

(*) A carta Fiança mais relevante, com valor líquido penhorado de R\$ 262.200, afiança o empréstimo junto à FINEP (Contrato nº 0799/13).

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

	Taxa Nominal	Consolidado		Valor Justo	
		2018	2017	2018	2017
Moeda Estrangeira					
Empréstimos	€ + 1,61% a.a.	90.761	-	90.761	
Empréstimos	US\$ + 2,77% a.a.	-	166.637	-	166.637
Moeda Nacional					
FCO	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	57.120	68.289	57.120	68.289
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	9.780	12.183	8.984	10.709
BNDES	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a.	2.237	9.355	2.237	9.355
Debêntures	Pré-fixada 11,30% a.a.	-	93.606	-	95.703
Finep	TJLP - 1,00% a.a.	262.242	161.134	262.242	161.134
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	142.169	145.125	144.850	140.402
		564.309	656.329	566.194	652.222

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,32% a CDI + 1,45% a.a. (31 de dezembro de 2017 – CDI + 0,33% a CDI + 1,84% a.a.).

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

										Controladora
	Passivos						Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a Recolher	Partes Relacionadas	Dividendos propostos	Outros ativos empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
Em 31 de dezembro de 2017	507.733	19.669	38.715	1.396	581.299	(65.010)	(8.398)	-	7.737.759	8.813.163
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Compra ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.282)	(4.282)
Alienação ações	-	-	-	-	-	-	-	-	11.701	11.701
Pagamento de empréstimos - tomados	219.253									219.253
Pagamento de empréstimos - principal	(298.152)	(2.769)	(861)	-	-	(2.445)	619	-	-	(303.608)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.879)	1.170	3.404	-	-	(4.173)	(39.893)	5.602	-	(35.769)
Hedge empréstimos - juros pagos	-	-	-	-	-	-	5.660	(1.061)	-	4.599
Mútuos passivos	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	1.250
Dividendos pagos	-	-	-	-	(632.995)	-	-	-	-	(632.995)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(80.778)	(1.599)	2.543	1.250	(632.995)	(6.618)	(33.614)	4.541	7.419	(739.851)
Outras variações										
Outros ativos	-	-	-	-	-	3.640	-	-	-	3.640
Tributos a recolher	-	-	809	-	-	-	-	-	-	809
Alienação ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(897)	(897)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	8.193	8.193
Juros apropriados	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	611.991	-	-	-	-	611.991
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	371.176	371.176
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	295	295
Const. de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	41.917	-	-	41.917
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	-	23	11	-	34
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	61	(61)	-	-
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	13	(13)	-	-
Transf. posição hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	(2)	2	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	809	2	611.991	3.640	42.012	(61)	522.495	1.180.888
Em 31 de dezembro de 2018	426.955	18.070	42.067	2.648	560.295	(67.988)	-	4.480	8.267.673	9.254.200

	Consolidado								
	Passivos					Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a Recolher	Dividendos propostos	Outros ativos empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
Em 31 de dezembro de 2017	656.329	19.669	60.692	581.299	(65.010)	(10.132)	818	7.737.759	8.981.424
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	(4.282)	(4.282)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	11.701	11.701
Pagamento de empréstimos - tomados	219.253	-	-	-	-	-	-	-	219.253
Pagamento de empréstimos - principal	(323.286)	(2.769)	(860)	-	(2.445)	619	-	-	(328.741)
Pagamento de empréstimos - juros	12.013	1.170	3.405	-	(4.173)	(58.784)	5.602	-	(40.767)
Hedge empréstimos - juros pagos	-	-	-	-	-	5.660	(1.061)	-	4.599
Dividendos pagos	-	-	-	(632.995)	-	-	-	-	(632.995)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(92.020)	(1.599)	2.545	(284.845)	(6.618)	(52.505)	4.541	7.419	(771.232)
Outras variações									
Outros ativos	-	-	-	-	(12.819)	-	-	-	(12.819)
Tributos a recolher	-	-	(46)	-	-	-	-	-	(46)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(897)	(897)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	8.193	8.193
Juros sobre capital próprio	-	-	-	611.991	-	-	-	-	611.991
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	371.176	371.176
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	295	295
Const. de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	41.887	11	-	41.898
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	3.508	11.387	-	14.895
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	61	(61)	-	-
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	14.699	(8.094)	-	6.605
Transf. posição hedge fornecedores	-	-	-	-	-	(4.810)	(1.795)	-	(6.605)
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	(46)	611.991	(12.819)	55.345	1.448	522.495	1.178.414
Em 31 de dezembro de 2018	564.309	18.070	63.191	560.295	(84.447)	(7.292)	6.807	8.267.673	9.388.606

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2019. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Nota 19), que cessará em 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Crédito tributário:				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	1.204.275	1.068.340	1.219.317	1.082.869
Contingências	61.955	55.334	66.876	61.777
Ágios amortizados	6.440	29.346	6.440	29.346
Perda de crédito esperada	56.652	56.478	59.816	59.826
Provisão para perdas nos estoques	9.701	6.728	22.159	22.795
Outras diferenças temporárias	79.997	103.211	112.649	139.991
Total do crédito tributário	1.419.020	1.319.437	1.487.257	1.396.604
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.419.020)	(1.319.437)	(1.459.512)	(1.366.273)
Saldo remanescente do crédito tributário	-	-	27.745	30.331

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágios	1.532.847	1.402.001	1.532.847	1.402.001
Valor justo do imobilizado – combinações de negócios	11.762	12.366	47.170	53.842
Outros	23.525	21.135	110.680	94.848
Total do débito tributário	1.568.134	1.435.502	1.690.697	1.550.691
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.419.020)	(1.319.437)	(1.459.512)	(1.366.273)
Saldo remanescente do passivo diferido	149.114	116.065	231.185	184.418

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<i>Operações continuadas e descontinuadas</i>				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.165.842	949.567	1.224.852	998.262
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(396.386)	(322.853)	(416.559)	(339.334)
Resultado de equivalência patrimonial	37.179	31.156	4.185	1.785
Adições/exclusões permanentes	(11.311)	(9.871)	(17.154)	(14.805)
Subvenções governamentais	126.200	119.301	126.200	121.394
Juros sobre capital próprio declarado- JSCP	208.077	197.642	208.077	197.640
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
Corrente	134.111	115.355	92.274	66.359
Diferido	(170.352)	(99.980)	(187.525)	(99.679)
	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
Operações descontinuadas	11.804	68.502	(791)	68.551
Operações continuadas	(48.045)	(53.127)	(94.460)	(101.871)
	(36.241)	15.375	(95.251)	(33.320)
	3%	2%	8%	3%

24 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recolher	39.146	36.072	49.269	46.835
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.106	1.106	6.748	8.581
Outros impostos a recolher	1.815	1.537	7.174	5.276
	42.067	38.715	63.191	60.692
Circulante	33.126	31.942	54.250	53.919
Não circulante	8.941	6.773	8.941	6.773

25 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Frete a pagar	12.039	14.092	14.155	16.291
Serviços prestados	22.978	29.167	40.503	51.368
Verbas, acordos comerciais e publicidade	33.028	89.135	33.028	89.135
Aluguéis	1.054	1.729	6.185	7.360
Receitas a transcorrer	11.215	21.129	11.215	21.467
Compras de ativo fixo	1.290	448	13.761	7.229
Obrigações oriundas de alienação	18.297	-	18.297	-
Outras	12.543	6.941	24.904	19.654
	112.444	162.641	162.048	212.504
Circulante	110.841	151.125	160.446	200.649
Não circulante	1.603	11.516	1.602	11.855

26 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

Controladora							
2018				2017			
Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível	1.759	-	12.059	1.786	9.598	-	11.384
Trabalhista	91.979	(26.418)	96.600	68.438	32.775	(18.712)	82.501
Tributária	44	(259)	43.051	42	46.079	(256)	45.865
Administrativas/outras	3.363	471	3.662	3.243	787	(33)	3.997
	<u>97.145</u>	<u>(26.849)</u>	<u>155.372</u>	<u>73.509</u>	<u>89.239</u>	<u>(19.001)</u>	<u>143.747</u>
Consolidado							
2018				2017			
Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível	1.779	-	12.079	1.786	9.598	-	11.384
Trabalhista	106.149	(30.154)	107.034	87.172	32.775	(23.365)	96.582
Tributária	46	(261)	43.051	114	46.079	(269)	45.924
Administrativas/outras	3.643	471	3.942	3.387	787	(33)	4.141
	<u>111.617</u>	<u>(30.587)</u>	<u>166.106</u>	<u>92.459</u>	<u>89.239</u>	<u>(23.667)</u>	<u>158.031</u>

Movimentação das Contingências

Controladora						
		Atualizações				
	2017	Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2018
Cível	11.384	834	1.271	(974)	(456)	12.059
Trabalhista	101.213	10.054	43.405	(18.094)	(13.560)	123.018
Tributária	46.121	723	-	(3.534)	-	43.310
Administrativas/ outras	4.030	368	144	(526)	(182)	3.834
	<u>162.748</u>	<u>11.979</u>	<u>44.820</u>	<u>(23.128)</u>	<u>(14.198)</u>	<u>182.221</u>
Depósitos judiciais	(19.001)	(6.252)	(6.865)	4.346	923	(26.849)
	<u>143.747</u>	<u>5.727</u>	<u>37.955</u>	<u>(18.782)</u>	<u>(13.275)</u>	<u>155.372</u>
Consolidado						
	2017	Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2018
Cível	11.384	836	1.295	(980)	(456)	12.079
Trabalhista	119.947	11.169	52.480	(30.495)	(15.913)	137.188
Tributária	46.193	724	-	(3.605)	-	43.312
Administrativas/ outras	4.174	403	260	(541)	(182)	4.114
	<u>181.698</u>	<u>13.132</u>	<u>54.035</u>	<u>(35.621)</u>	<u>(16.551)</u>	<u>196.693</u>
Depósitos judiciais	(23.667)	(6.936)	(8.402)	7.247	1.171	(30.587)
	<u>158.031</u>	<u>6.196</u>	<u>45.633</u>	<u>(28.374)</u>	<u>(15.380)</u>	<u>166.106</u>

A Companhia e suas controladas respondem em uma quantidade aproximada de 1.236 processos trabalhistas em que se discutem horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos, no montante total de R\$ 106.149.

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista / Cível / Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	2.020	-	8.050	8.393	18.463
Mantecorp	36.836	2.955	-	26.822	66.613
	<u>38.856</u>	<u>2.955</u>	<u>8.050</u>	<u>35.215</u>	<u>85.076</u>

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 85.076, sendo R\$ 31.039 referente a processos trabalhistas, R\$ 10.300 referente a processos cíveis, R\$ 43.266 referente a processos tributários e R\$ 471 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São 8 processos, dos quais 1 decorrente da aquisição da Mabesa e 7 da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 10.300.

Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 8.487, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista

São 245 processos, dos quais 107 decorrentes da aquisição da Mabesa, 80 da Mantecorp Logística e 58 Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios estava estimado em R\$ 31.039.

(iii) Tributária

São aproximadamente 191 processos, dos quais 89 decorreram da aquisição da Mabesa, outros 12 da Mantecorp Logística e 90 Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 43.266.

(iv) Administrativas / outras

São 18 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 471.

(v) Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários – possíveis e prováveis:

Além de valores provisionados na combinação de negócio como descrito acima, existem outras contingências que a Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 188.698 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A Johnson & Johnson ajuizou ação ordinária contra a empresa Facilit alegando que o Fio Dental Sanifill Premium, Fio Extrafino Sanifill Premium e a Fita Dental Sanifill Premium violam os direitos exclusivos decorrentes da patente PI 9805134-2, intitulada "fio dental que apresenta uma resistência aperfeiçoada ao esgarçamento e ao desfibramento". A ação foi julgada procedente e determinada à apuração de valores indenizatórios através de liquidação de sentença. Diante disto, alteramos a estimativa de perda para Provável de responsabilidade dos Sócios Vendedores (R\$ 3.006), e o processo se encontra em grau de Recurso.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	250	799	1.049
Bitufo	322	200	522
Ceil	4.421	3.809	8.230
Cosmed-Pompom	1.525	2.820	4.345
DM	13	-	13
Facilit	-	3.553	3.553
Farmasa	127.782	66	127.848
Inal	11.382	8	11.390
Neolatina	-	13.086	13.086
Luper	-	61	61
Mabesa	670	608	1.278
Mantecorp	188.698	-	188.698
Brainf.-NQ	117.445	14.171	131.616
Ny Looks	-	245	245
Sapeka	185	1.119	1.304
Sul Química	529	5.254	5.783
York	2.220	533	2.753
	<u>455.442</u>	<u>46.332</u>	<u>501.774</u>

Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos ex-proprietários (Nota 14).

b. Contingências possíveis – Responsabilidade da Companhia e suas Controladas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	45.023	44.370	45.023	44.412
Trabalhista	458.327	430.066	500.095	526.240
Fiscal e Tributária	111.124	108.270	141.782	137.674
Administrativas/outras	2.550	2.304	2.550	2.343
	<u>617.024</u>	<u>585.010</u>	<u>689.450</u>	<u>710.669</u>

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, no qual se discute o registro de marcas e patentes no INPI, não havendo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

No ano de 2009 o Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo.

Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

No ano de 2014 o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 500.095 (R\$ 526.240 em 31 de dezembro de 2017).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, há 22 decorrentes da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 3.643 (R\$ 4.575 em 31 de dezembro de 2017) e outros 138 decorrentes da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 74.364 (R\$ 75.635 em 31 de dezembro de 2017), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A subsidiária Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. figura no polo passivo de reclamatória trabalhista ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico, Farmacêuticas, de Material Plástico e do Alcool no Estado de Goiás, na qual o sindicato autor requer: o pagamento de diferenças a título de adicional noturno, na qual a perda possível está estimada em R\$ 1.191. Esta demanda judicial tramita na 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia e envolve os trabalhadores da fábrica de Senador Canedo, Estado de Goiás, que integram o negócio de produtos descartáveis da Companhia alienado para a Ontex Group NV (“Ontex”).

A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. figura como investigada pela Procuradoria do Trabalho de Goiânia a respeito da jornada de trabalho e concessão de férias para os trabalhadores e figura como investigada pela Procuradoria do Trabalho de Anápolis a respeito do cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho. Trata-se de procedimentos investigatórios a respeito dos quais a Companhia não tem, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

(iii) Tributária

A Companhia e sua controlada Cosmed buscam por meio de Mandados de Segurança o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 80.757, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos encontra-se depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia.

27 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.448.817 (em 31 dezembro de 2017 – R\$ 4.448.817), representado por 632.238.060 (em 31 de dezembro de 2017 - 632.238.060) ações ordinárias.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Pagamentos baseados em ações

(i) Opção de compra de ações

Os planos de opções de compra de ações tem como objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 5% do capital social.

As transações com pagamento baseado em ações podem ocorrer entre a Companhia e suas controladas.

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

Foram aprovados em AGE´s os Programas de Opção de Compra de Ações, nas seguintes datas: 17 dezembro de 2009, 02 de fevereiro de 2011, 11 de novembro de 2011, 03 de maio de 2013, 30 de dezembro de 2014 e 30 de dezembro de 2017.

O prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2018 é de 4,83% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Consolidado										
Posição em 31/12/2018										
			Preço	Preço					Valor unitário	
Plano	Programa	Carência	Exercício Original	Exercício Corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2009	17/12/2010	17,055	24,89	560.000	288.115	171.885	100.000	3,47	347
Plano II	2009	17/12/2011	17,055	24,89	560.000	279.600	180.000	100.400	4,22	424
Plano II	2009	17/12/2012	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	4,93	592
Plano II	2009	17/12/2013	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	5,6	672
Plano II	2009	17/12/2014	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	6,23	748
					2.800.000	1.347.715	891.885	560.400		2.783
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	29,02	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	29,02	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	29,02	640.000	50.000	390.000	200.000	5,22	1.044
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,02	1.205
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,79	1.358
					2.600.000	295.000	1.410.000	895.000		4.778
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	26,48	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	26,48	740.002	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	26,48	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
					3.700.000	1.025.405	1.402.821	1.271.774		3.170
Plano III	2011	26/12/2013	8,6	8,6	2.609.998	2.460.911	139.087	10.000	1,25	13
Plano III	2011	26/12/2014	8,6	8,6	2.329.998	2.112.940	207.058	10.000	1,63	16
Plano III	2011	26/12/2015	8,6	8,6	2.329.998	2.035.667	284.331	10.000	1,96	20
Plano III	2011	26/12/2016	8,6	8,6	2.329.998	1.829.304	490.694	10.000	2,27	23
					9.599.992	8.438.822	1.121.170	40.000		72
Plano III	2013	03/05/2018	15,62	15,62	270.000	30.000	190.000	50.000	1,21	60
					270.000	30.000	190.000	50.000		60
Plano III	2014	21/02/2018	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	2,7	54
Plano III	2014	21/02/2019	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	3,23	65
					180.000	-	140.000	40.000		119
Plano III	2014-A	30/12/2017	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	2,64	106
Plano III	2014-A	30/12/2018	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	3,34	133
Plano III	2014-A	30/12/2019	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4	160
					390.000	-	270.000	120.000		399
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	2,39	1.148
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	3,78	1.813
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	4,82	2.312
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,53	2.654
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,91	2.838
					2.625.000	-	225.000	2.400.000		10.765
Total do Stock Option					22.164.992	11.136.942	5.650.876	5.377.174		22.146

Hypera S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Consolidado										
Posição em 31/12/2017										
Plano	Programa	Carência	Preço Exercício Original	Preço Exercício Corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2009	17/12/2010	17,055	24,89	560.000	288.115	171.885	100.000	3,47	347
Plano II	2009	17/12/2011	17,055	24,89	560.000	279.600	180.000	100.400	4,22	424
Plano II	2009	17/12/2012	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	4,93	592
Plano II	2009	17/12/2013	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	5,6	672
Plano II	2009	17/12/2014	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	6,23	748
					2.800.000	1.347.715	891.885	560.400		2.783
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	29,02	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	29,02	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	29,02	640.000	50.000	390.000	200.000	5,22	1.044
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,02	1.205
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,79	1.358
					2.600.000	295.000	1.410.000	895.000		4.778
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	26,48	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	26,48	740.002	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	26,48	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
					3.700.000	1.025.405	1.402.821	1.271.774		3.170
Plano III	2011	26/12/2013	8,6	8,6	2.609.998	2.460.911	139.087	10.000	1,25	13
Plano III	2011	26/12/2014	8,6	8,6	2.329.998	2.112.940	207.058	10.000	1,63	16
Plano III	2011	26/12/2015	8,6	8,6	2.329.998	2.035.667	284.331	10.000	1,96	20
Plano III	2011	26/12/2016	8,6	8,6	2.329.998	1.829.304	490.694	10.000	2,27	23
					9.599.992	8.438.822	1.121.170	40.000		72
Plano III	2013	03/05/2018	15,62	15,62	270.000	30.000	190.000	50.000	1,21	60
					270.000	30.000	190.000	50.000		60
Plano III	2014	21/02/2018	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	2,7	54
Plano III	2014	21/02/2019	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	3,23	65
					180.000	-	140.000	40.000		119
Plano III	2014-A	30/12/2017	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	2,64	106
Plano III	2014-A	30/12/2018	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	3,34	133
Plano III	2014-A	30/12/2019	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4	160
					390.000	-	270.000	120.000		399
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	2,39	1.196
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	3,78	1.889
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	4,82	2.408
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	5,53	2.764
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	25.000	500.000	5,91	2.957
					2.625.000	-	125.000	2.500.000		11.214
Total do Stock Option					22.164.992	11.136.942	5.550.876	5.477.174		22.595

(ii) Plano de Concessão de ações em regime de Matching

Foram aprovados em AGE's os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 19 de abril de 2017 e 19 de abril de 2018) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance").

O prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.

O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamentos dos riscos do mercado de capitais.

O total do Programa do Plano Macthing 2017 tem custo estimado de R\$ 9.844 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 314.584 ações e o total do Programa do Plano Macthing 2018 tem custo estimado de R\$ 18.253 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 583.319 ações.

(iii) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em AGE de 19 de abril de 2018, foi aprovado Plano de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas (incluídas no conceito da Companhia para os fins deste Programa), concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses dos acionistas.

O total do Programa de Outorga Restritas tem custo estimado de R\$ 38.117 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 1.225.714 ações.

d. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31/12/2017	391.679	12.981
Aquisição do período	120.000	4.282
Alienação do período	<u>(320.241)</u>	<u>(10.804)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>191.438</u>	<u>6.459</u>

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Proposta de destinação do resultado

Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2018:

	2018
Resultado líquido do exercício	1.129.601
Parcela de ajustes de períodos anteriores	(2.705)
Lucro a ser destinado	1.126.896
Constituição da reserva de subvenção governamental (I)	(371.176)
Constituição de reserva para Orçamento de Capital (Reserva de retenção de lucros)	(143.728)
Base de cálculo dos dividendos	611.992
Juros sobre capital próprio (II)	(611.992)

- I. As controladas não possuem subvenção governamental.
- II. Foram aprovadas pelas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de março de 2018, 28 de junho de 2018, 27 de setembro de 2018 e 18 de dezembro de 2018, a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia que foram pagos em 09 de janeiro de 2019.

28 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Vendas brutas de produtos	4.474.502	4.240.851	4.474.927	4.240.866
Devoluções	(70.051)	(77.618)	(70.051)	(77.618)
Descontos incondicionais	(179.542)	(210.294)	(179.542)	(210.294)
Descontos promocionais	(212.191)	(189.237)	(212.191)	(189.237)
Impostos	(168.255)	(141.319)	(288.834)	(263.818)
Receita líquida	3.844.463	3.622.383	3.724.309	3.499.899

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares, (b) os consumidores e clientes não possuem distinções relevantes; (c) a empresa atua apenas em território nacional e (d) as apresentações a investidores citando diferentes tipos de produtos refletem diferentes modelos de *go to market*. Nesse sentido a Companhia vem, cada dia mais, capturando as sinergias entre esses diferentes modelos e alavancando estrutura única de sell-out.

Adicionalmente, as tomadas de decisões sobre recursos a serem alocados não estão ligados a segmentos de negócios, mas ocorrem individualmente por produtos a serem lançados, culminando com avaliações de desempenho geral dos resultados operacionais para todo o portfólio de produtos.

29 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(1.468.457)	(1.352.749)	(1.059.032)	(926.746)
Matéria prima	-	-	(381.358)	(326.938)
Material de embalagem	-	-	(209.699)	(195.203)
Mão-de-obra	-	-	(255.913)	(225.329)
Despesas com depreciações e amortizações	-	-	(46.883)	(39.789)
Revenda	(1.413.896)	(1.307.414)	(106.730)	(62.392)
Perdas nos estoques	(54.561)	(45.335)	(56.363)	(46.016)
Variações dos estoques/outros	-	-	(2.086)	(31.079)
Despesas com vendas e marketing	(1.224.223)	(1.138.028)	(1.299.472)	(1.225.257)
Despesas com marketing	(842.828)	(779.841)	(820.207)	(758.240)
Gastos com propaganda e publicidade	(359.891)	(357.248)	(355.984)	(346.015)
Acordos, verbas e outros	(69.302)	(62.237)	(69.303)	(61.067)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(413.635)	(360.356)	(394.920)	(351.158)
Despesas com vendas	(381.395)	(358.187)	(479.265)	(467.017)
Força de vendas	(214.138)	(185.187)	(224.723)	(202.025)
Despesas com fretes e logística	(84.046)	(76.617)	(86.511)	(78.549)
Pesquisa e Desenvolvimento	(9.797)	(12.232)	(73.916)	(84.373)
Despesas com depreciações e amortizações	(6.822)	(5.968)	(24.774)	(16.676)
Demais despesas	(66.592)	(78.183)	(69.341)	(85.394)
Despesas administrativas e gerais	(134.613)	(133.462)	(181.754)	(184.428)
Salários e encargos sociais	(71.205)	(61.099)	(118.602)	(119.095)
Advogados, assessorias e auditoria	(32.914)	(34.315)	(42.613)	(44.233)
Despesas com depreciações e amortizações	(9.348)	(9.244)	(13.347)	(12.004)
Demais despesas	(21.146)	(28.804)	(7.192)	(9.096)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ganhos (Perdas) eventuais (*)	67.761	(6.478)	40.716	(8.679)
Depreciação de propriedades para investimentos	(3.927)	(4.825)	(3.927)	(4.825)
Receitas de aluguéis	23.045	22.035	20.641	19.965
Contingências cíveis e trabalhistas	(15.110)	(7.255)	(17.084)	(12.801)
	71.769	3.477	40.346	(6.340)

(*) em 2018 referem-se, substancialmente a recuperação de créditos tributários.

c. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros ativos	17.631	23.761	21.907	28.842
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	54.537	115.630	63.936	138.249
	72.168	139.391	85.843	167.091

d. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre financiamentos	(16.282)	(12.069)	(34.492)	(27.165)
Juros sobre empréstimos	(1.828)	(20.085)	(1.828)	(20.085)
Juros sobre títulos a pagar	(1.170)	(1.854)	(1.170)	(1.854)
Atualizações monetárias sobre contingências	(11.979)	(11.770)	(13.132)	(13.887)
Parcelamentos fiscais	(282)	(335)	(282)	(322)
Debêntures	(4.931)	(15.930)	(4.932)	(15.930)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(3.831)	(2.238)	(3.813)	(2.420)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(16.643)	(16.708)	(17.193)	(17.306)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos	(182)	164	(182)	164
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes	40	1.655	(7.237)	(12.132)
Reversões de ajuste a valor presente	-	-	-	(228)
Outros	(544)	(1.474)	(1.497)	(2.575)
	<u>(57.632)</u>	<u>(80.644)</u>	<u>(85.758)</u>	<u>(113.740)</u>

30 Resultado por ação

a. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2018			2017		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.135.399	(5.798)	1.129.601	1.111.476	(146.534)	964.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	<u>631.998</u>	<u>631.998</u>	<u>631.998</u>	<u>630.513</u>	<u>630.513</u>	<u>630.513</u>
Lucro básico por ação	<u>1,79652</u>	<u>(0,00917)</u>	<u>1,78735</u>	<u>1,76281</u>	<u>(0,23240)</u>	<u>1,53041</u>

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

	2018			2017		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro						
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.135.399	(5.798)	1.129.601	1.111.476	(146.534)	964.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	631.998	631.998	631.998	630.513	630.513	630.513
Ajustes de:						
Opções de compra de ações (milhares) (I)	7.501	7.501	7.501	5.896	5.896	5.896
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	639.499	639.499	639.499	636.409	636.409	636.409
Lucro diluído por ação	1,77545	(0,00907)	1,76639	1,74648	(0,23025)	1,51623

(I) Segue abaixo a composição das opções de compras de ações:

	2018
Stock Option	5.377
Valor estimado Plano Machting 2017	314
Valor estimado Plano Machting 2018	584
Plano Restricted	1.226
	7.501

31 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis de prédios, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado 2018
Menos de um ano	5.552
Mais de um ano e menos de cinco anos	14.524
Mais de cinco anos	4.460
	24.535

32 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	283.840	1.636.335
Alteração de valores em risco	100.000	300.000
Vendaval / fumaça	450.000	1.328.044
Outras Coberturas	75.148	218.219

33 Transações com partes relacionadas

A Companhia é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores. Por meio de um Acordo de Acionistas celebrado em 23 de junho de 2010, e posteriormente aditado em 16 de março de 2016, 24 de outubro de 2016 e em julho de 2017, pertencem ao Bloco de Controle da Companhia: Sr. João Alves de Queiroz Filho, que detém 21,42% de seu capital social; Sr. Álvaro Stainfeld Link, que detém 0,12% do seu capital social; Sr. Claudio Bergamo dos Santos, que detém 0,76% de seu capital social; e Maiorem, S.A. de C.V., que detém 14,77% de seu capital social. Os 62,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. No caso, tanto a Cosmed quanto a Brainfarma produzem e vendem praticamente toda a produção para a Hypera comercializar no mercado.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

- O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo índice IGPM – FGV, e o prazo de vencimento é 27 de fevereiro de 2020.
- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo índice IGPM – FGV e o prazo de vencimento é 02 de maio de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.
- O contrato de aluguel com a Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.(Fábrica de Adoçantes) será corrigido pelo índice IGPM – FGV a partir de 01 de abril de 2019 e o prazo de vencimento é 31 de março de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

a.1 Nos ativos e passivos

							Controladora
							2018
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	3.321	449	-	(66.061)	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	5	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	(336.465)	-	(2.644)	(4)
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(746)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.321	454	-	(402.526)	(746)	(2.644)	(4)

Hypera S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

							Consolidado
							2018
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Universe Online S.A.	-	-	-	-	(746)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	(746)	-	-

							Controladora
							2017
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	3.199	-	-	(70.435)	-	(1.070)	(22)
My Agência Propaganda Ltda.	-	72	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	309	(323.616)	-	(304)	-
Universe Online S.A.	-	-	-	-	(604)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(15)	-	-
Total	3.199	72	309	(394.051)	(619)	(1.374)	(22)

							Consolidado
							2017
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Universe Online S.A.	-	-	-	-	(604)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(15)	-	-
Total	-	-	-	-	(619)	-	-

a.2 No resultado do exercício

							Controladora
							2018
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de Aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(289.341)	2.746	-	-	-	(1)	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(4.560)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(2.002)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(1.282.548)	-	-	(2.624)	-	-	10
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universe Online S.A.	-	-	(7.755)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(173)	-	-
Total	(1.571.889)	2.746	(14.317)	(2.624)	(173)	(1)	10

							Consolidado
							2018
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de Aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(2.002)	(450)	-	-	-
Universe Online S.A.	-	-	(7.755)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(173)	-	-
Total	-	-	(9.757)	(450)	(173)	-	-

							Controladora
							2017
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo	
	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadorias/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(276.066)	-	-	-	(5)	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(13.100)	105	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(26.403)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	(1.164.734)	-	(2.940)	-	(5)	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universe Online S.A.	-	-	(7.855)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(189)	-	-
Total	-	(1.440.800)	(47.358)	(2.835)	(189)	(10)	-

							Consolidado
							2017
	Vendas de mercadorias/ produto	Transações Compras de mercadoria/ produtos	(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo	
			Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Empresas							
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(26.403)	(832)	-	-	-
Universe Online S.A.	-	-	(7.855)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(201)	-	-
Total	-	-	(34.258)	(832)	(201)	-	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal, Auditoria e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	23.191	27.414	23.623	28.110
Honorários dos conselheiros	1.785	1.669	1.785	1.669
Pagamentos com base em ações	6.016	1.742	6.016	1.742
Bônus eventual	-	26.500	-	26.500
	30.992	57.325	31.424	58.021

34 Outros assuntos

Em 10 de abril de 2018, em ação cautelar, foi cumprida a ordem de busca e apreensão, no escritório administrativo da Companhia e na residência do então Diretor Presidente da Companhia e do Presidente do Conselho de Administração, relacionada a fatos objeto de acordo de colaboração premiada celebrada pelo Sr. Nelson José de Mello, ex-diretor de Relações Institucionais, como parte da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal, na denominada “Operação Tira-Teima”, cujo assunto também foi objeto de Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2016, bem como de outros comunicados divulgados pela Companhia.

O então Diretor Presidente da Companhia apresentou carta aos conselheiros solicitando voluntariamente o afastamento do seu cargo e de todas as suas atividades da Companhia, pelo prazo necessário à conclusão das investigações internas e do Ministério Público Federal. De igual forma, o então Presidente do Conselho de Administração da Companhia também apresentou carta aos demais conselheiros solicitando voluntariamente o seu afastamento do cargo de Conselheiro pelo mesmo período. O Conselho de Administração acatou os pedidos formulados e foram eleitos novo Diretor Presidente da Companhia e novo Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração também deliberou pela constituição de um Comitê Especial Independente, para coordenar uma investigação interna dos fatos objeto do Aviso de Fato Relevante de 10 de abril de 2018 e do Comunicado ao Mercado de 20 de abril de 2018 publicados pela Companhia. Ao Comitê incumbe (a) definir o escopo da apuração interna; (b) contratar assessores externos, notadamente escritório de advocacia e empresa de auditoria de primeira linha; (c) apresentar suas conclusões ao Conselho de Administração; e (d) sugerir a adoção, pelo Conselho, das medidas que entender pertinentes à luz dos fatos que vierem a ser apurados.

O Comitê Especial Independente funcionará pelo prazo necessário ao esgotamento do exercício de suas atribuições, conforme descrito acima. Desde a sua constituição, o Comitê vem tomando as ações necessárias em relação à investigação, tendo contratado escritório de advocacia e empresa com especialização para o apoio forense e instituído um plano de trabalho. Os trabalhos têm se desenvolvido com procedimentos de coleta, preservação, processamento e análise de documentos e informações.

Em paralelo e em complemento ao trabalho desenvolvido pelo Comitê Independente, a Companhia, por meio dos seus assessores legais especializados, tem apoiado e colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes. A Companhia avaliará, com base nos resultados apurados, e com o apoio de seus assessores legais especializados, a conveniência e a oportunidade de eventualmente recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de acordos com as autoridades competentes.

A administração da Companhia está comprometida em adotar as medidas necessárias para concluir a investigação em curso visando a elucidação dos fatos. No momento, considerando o estágio da investigação, a administração não tem como avaliar com precisão quando a investigação estará concluída ou mesmo o seu resultado final e seus impactos.

35 Eventos subsequentes

Em 09 de janeiro de 2019 foi efetuado o pagamento dos juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 611.991.577,91 (seiscentos e onze milhões e novecentos e noventa e um mil e quinhentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), equivalente a R\$ 0,97 (noventa e seis centavos) por ação ordinária, após retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos.